

A REPRESENTAÇÃO DOS ANIMAIS NA IMPRENSA: UMA PROPOSTA DE REFLEXÃO ÉTICA

Eveline dos Santos Teixeira BAPTISTELLA¹

Universidade do Estado de Mato Grosso, Unemat, Alto Araguaia-MT

Resumo: O presente artigo discute a inserção dos animais não humanos na esfera ética da mídia a partir de resultados produzidos pelo projeto de Pesquisa “Estudos Animais e Mídia”, desenvolvido no Curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Por meio de uma abordagem interdisciplinar e da metodologia de estudo de caso, analisamos a representação dos gatos na cobertura jornalística de um surto de toxoplasmose na cidade de Cuiabá (MT). Como resultados verificamos que o bem estar de animais humanos e não humanos está associado e propomos que o impacto das notícias sobre as condições de vida dos animais passe a ser considerado na produção de textos jornalísticos.

Palavras-chave: Jornalismo; Estudos animais; Animais e mídia; Teorias da comunicação; Direitos dos animais.

Abstract: This article proposes a discussion about the insertion of nonhuman animals into media's ethical sphere based on results produced by the research project "Animals studies and Media ", developed by the Journalism Course of the State University of Mato Grosso - Unemat. Through an interdisciplinary approach and adopting the study case methodology, we analyzed the representation of cats in journalistic coverage of an outbreak of toxoplasmosis in the city of Cuiabá (MT). As a result we verify that human and non-human animals welfare are associated and we propose that the impact of the news on the living conditions of animals should be considered in the production of journalistic texts.

Key-words: Journalism; Animal studies; Animals and media; Communication theories

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma discussão sobre a inserção dos animais não-humanos na esfera ética da mídia a partir de resultados produzidos pelo projeto de Pesquisa “Estudos Animais e Mídia”, desenvolvido no Curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat. Assim como a necessidade humana de se comunicar, a relação entre animais humanos e não humanos é tão antiga quanto se pode documentar: está nos primeiros indícios da nossa cultura. Quase todas as pinturas rupestres encontradas na Gruta de Chauvet, na França, são representações de bichos. Não é pouco se levarmos em conta que

¹ Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea, Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea pela UFMT (2015), Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2000), com especialização em Didática do Ensino Superior pela Universidade de Cuiabá - Unic (2005). É professora efetiva do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Mato Grosso - Unemat, integrante do Grupos de Pesquisa Comunicação, Cultura e Sociedade (Unemat) e Banalidades Cotidianas (UFMT) e coordenadora do Projeto de Pesquisa Estudos Animais e Mídia (Unemat). Também é integrante do projeto "Percepção humana sobre os animais: aplicação da escala sociozoológica no pantanal mato-grossense", financiado pela FAPEMAT - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

estes são os mais antigos registros de arte feita por humanos e datam de 36 mil anos. Como testemunho de uma relação multifacetada e cheia de contradições, a formação geológica conta com gravuras de leões-da-caverna, cavalos, leopardos e mamutes, justamente num período em que o ser humano ainda vivia na condição de presa. (QUAMMEN, 2007, p.345).

Humanidade e animalidade são conceitos construídos de forma a criar uma determinada compreensão do que é ser humano, apesar do homem ser também um animal.

Dos clássicos até os dias de hoje, os animais têm ocupado uma posição central na construção ocidental do conceito de “homem”. Cada geração reconstrói sua concepção própria de animalidade como uma deficiência de tudo o que apenas nós, os humanos, supostamente temos, inclusive a linguagem, a razão, o intelecto e a consciência moral. (INGOLD, 1994, p.14).

Este modo de enxergar os animais não humanos, contribuiu para a ideia de que o homem é superior, único elemento dotado de qualidades como inteligência e subjetividade. (THOMAS, 2010, p.246). A partir da modernidade, tal assunção consolidou um padrão de exploração da natureza que resultou na atual crise ecológica. Mas se havia desconsideração pelos bichos, de outro lado, o comportamento predatório levou ao surgimento de novas sensibilidades, fomentadas por pessoas que consideravam tal tratamento injusto.

O movimento de direitos dos animais foi inaugurado em 1824, com a criação da primeira sociedade protetora na Inglaterra. No entanto, foi a partir dos anos 1970 que uma onda de contestação abalou o alicerce das convicções antropocêntricas. Se a inteligência superior estava levando o homem a um beco sem saída, no qual, conforme Serres (1990, p.17), toda a vida na Terra está ameaçada, abria-se espaço para contestar o lugar social dos não humanos. Nesse período, um grupo de filósofos da Universidade de Oxford pavimentou o caminho para o novo movimento de direitos dos animais ao questionar porque os animais eram excluídos das nossas preocupações éticas. (CHUAHY, 2009, p.17).

Intensificaram-se os esforços científicos para comprovar os estados de consciência dos animais bem como as mobilizações sociais para garantir seus direitos. Hoje, estão em curso mudanças significativas na relação até mesmo com aqueles que são vistos como produtos - práticas de bem-estar animal, por exemplo, são exigidas na pecuária. (PINKER, 2011, p.121).

Uma face visível desta transformação é a ascensão do mercado *pet*. O segmento econômico de produtos voltados para os bichos de estimação pode dimensionar um processo que Pais (2006, p.283) chama de aburguesamento das espécies felina e canina. Em 2014, o faturamento desta cadeia econômica no Brasil foi de US\$ 7,2 bilhões (RITTO; ALVARENGA, 2015, p.74). De acordo com pesquisa do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a ascensão dos *pets* é inequívoca: “De cada 100 famílias no país, 44 criam cachorros, enquanto só 36 têm crianças”. (RITTO;ALVARENGA, 2015, p.71).

Os bichos não consomem notícias, mas o crescente interesse humano por eles, bem como as relações comerciais inerentes ao nosso modelo econômico, fazem com que estejam presentes na cobertura jornalística. Inclusive, existem editoriais específicas sobre bichos e revistas segmentadas, como *Meu Pet* e *Pulo do Gato*. O reflexo deste interesse foi medido por Bueno (2007): entre os assuntos abordados nas cartas de leitores dos principais jornais nacionais “animais” só perdiam para “conservação de prédios e logradouros públicos” e “poluição em geral”. O mesmo estudo mostrou que, na editoria de meio ambiente, as notícias sobre bichos só eram em menor quantidade que as relacionadas à Amazônia (BUENO, 2007, p.42).

Apesar de mobilizar a opinião pública, a cobertura sobre temas que envolvem animais não humanos ainda é tratada com pouco aprofundamento e reflexão ética (BAPTISTELLA, 2015). Na pesquisa em comunicação, o estudo da temática ainda é pontual e esparso, quase sempre centrado na perspectiva do jornalismo ambiental, desconsiderando os diferentes aspectos e abordagens que envolvem as relações entre animais humanos e não humanos.

Assim, por meio de um aporte interdisciplinar, baseado nos Estudos Animais e na metodologia de estudo de caso, refletimos a respeito do impacto da cobertura jornalística sobre toxoplasmose nas condições de vida de gatos na cidade de Cuiabá (MT), para pensar em um jornalismo que inclua os animais na sua esfera de consideração ética.

ANIMAIS E MÍDIA

Devido à ação antrópica, o período em que vivemos foi classificado como Sexta Extinção em Massa (KOLBERT, 2015). Resultado da intervenção do ser humano na natureza, a perda de espécies pode atingir níveis similares ao do Cretáceo, em que 75% dos animais foram extintos. “A taxa atual extinção, calculada pelas estimativas mais

conservadoras, é cerca de cem vezes maior do que a que predominava antes de o ser humano aparecer na Terra”. (WILSON, 2006, p.6).

Nesta mesma era, avançamos mais na compreensão da vida interior dos animais não humanos do que em qualquer outra época. O ponto mais marcante desta caminhada foi a Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal, documento assinado, em 2012, por um grupo proeminente de neurocientistas, que demonstra que animais não humanos tem consciência.

A ausência de um neocórtex não parece impedir que um organismo experimente estados afetivos. Evidências convergentes indicam que animais não humanos têm os substratos neuroanatômicos, neuroquímicos e neurofisiológicos de estados de consciência juntamente com a capacidade de exibir comportamentos intencionais. Consequentemente, o peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. (DECLARAÇÃO DE..., 2012, p.1).

Para o grupo, não é mais possível alegar ignorância quando se submete um animal a sofrimento (PIRES, 2012, p.1). Tantos avanços não anulam o fato de que no cotidiano as capacidades intelectuais dos bichos podem ser reconhecidas desde sempre pelo mero convívio - para aqueles que vivem com um animal, o fato destes terem consciência é inegável (BAPTISTELLA, 2015).

Mesmo assim, o sofrimento a que animais estão submetidos atualmente não encontra paralelo na história. Somente para produção de carne, milhões de bichos vivem em situações de mal estar permanente (POLAN, 2007). Em Mato Grosso, detentor de um dos maiores rebanhos do mundo, esta realidade é onipresente. Mas a face do sofrimento animal não se resume à produção de carne. Além dos cães e gatos abandonados nas cidades, dos bichos alçados à condição questionável de pragas, como pombos e morcegos, há que se pesar o impacto do avanço da agricultura e da urbanização sobre o mosaico de biomas que compõem o estado.

Vemos, assim, o potencial para uma infinidade de pautas relacionadas a animais em editorias diversas. Não é de se estranhar, uma vez que com eles estabelecemos diferentes relações, como amor, consumo, medo, nojo, companheirismo. Entretanto, apesar de todo conhecimento acumulado sobre sua subjetividade e de décadas de estudos sobre as éticas que regem nossas atitudes em relação a outras espécies, na imprensa, o impacto das notícias sobre os bichos é, muitas vezes, desconsiderado ou mal avaliado.

O surto de febre amarela que irrompeu em 2016 é emblemático. Quando as notícias sobre o recrudescimento da doença surgiram, as mortes de símios contaminados foram o primeiro alerta. Naquele momento, não houve, entre a imprensa, a preocupação com as consequências da cobertura para os macacos. Se ninguém falava que eles eram perigosos para o homem, também não havia esclarecimentos a respeito de seu papel no ciclo do vírus. O resultado virou notícia: em janeiro de 2017 a imagem de um bugio ferido por humanos correu o país. A desinformação estava levando pessoas a matarem os símios por medo.

Os veterinários e biólogos suspeitam que as agressões tenham sido feitas por moradores de proximidades da região, após uma relação precipitada entre os macacos e a febre amarela. Conforme o veterinário Marcelo Cunha, “foi uma coincidência muito grande” dois macacos terem sido feridos depois da notícia da morte de dezenas de animais por suspeita de febre amarela no Sudeste do país. (G1, 2017, p.1).

Foi difícil seguir o rastro de mortes por agressão. O Ministério do Meio Ambiente precisou emitir um alerta: o risco de um desastre ambiental pela morte dos macacos devido à febre amarela estava sendo multiplicado pela violência humana, havendo, inclusive, a possibilidade de extinção de algumas espécies de símios.

Pesquisadores manifestaram preocupação com a situação de violência contra macacos, especialmente nas áreas rurais. Eles alegam relatos de agressões no Estado de São Paulo e em outras regiões do país e comunicaram que “informações equivocadas estão levando pessoas a matarem macacos para supostamente se proteger da doença”. (VICENZI, 2017, p.1).

Não há que se culpar a imprensa. Reagindo aos reflexos da omissão, os veículos massificaram a informação de que os animais eram “anjos da guarda”, uma metáfora bastante propícia para despertar a simpatia da população, apesar do fundo utilitarista.

Os primatas costumam ser os primeiros a serem infectados e, por isso, são chamados de animais-sentinela. Desta forma, eles acabam desempenhando uma importante função, já que sinalizam a circulação do vírus e isso permite às autoridades de saúde intensificar a vacinação, protegendo as pessoas que vivem ou visitam as regiões onde há surto da doença. (VICENZI, 2017, p.1).

Percebemos que a falta de consideração ética com animais não humanos teve efeitos graves. Se uma simples lacuna de informações gerou tantos estragos, o que aconteceria quando se trata de uma doença culturalmente ligada a um determinado animal? Podemos pensar sobre este questionamento a partir da toxoplasmose, infecção que é identificada como “doença do gato”.

TOXOPLASMOSE: A DOENÇA DO GATO?

A nomenclatura “doença do gato” dada à toxoplasmose foi comum na imprensa durante muitas décadas e pode ser encontrada em reportagens ainda hoje. A partir desta constatação, realizamos um estudo de caso da cobertura de um surto de toxoplasmose na imprensa cuiabana em 2011. Conforme Yin:

O estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidências são utilizadas. (Yin, 2001, p.32).

Selecionamos os textos relativos ao caso publicados nos jornais impressos “A Gazeta” e “Diário de Cuiabá”. Ambos foram escolhidos por serem os maiores jornais impressos da capital do Estado à época e que ainda continuam sendo publicados atualmente. Os textos que serão analisados, conforme Marques de Melo (2003, p.65), são do gênero informativo e enquadram-se no formato notícia, visto que são relatos de fatos que já eclodiram no organismo social e tem como objetivo anunciar as novidades para o leitor.

Também pesquisamos todos os *releases* produzidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS que tratavam do episódio. Realizamos ainda entrevistas em semi-estruturadas com seis jornalistas e por meio de questionário com outros 77 jornalistas. Cinco protetores de animais foram entrevistados e fizemos ainda a observação direta da movimentação de protetores em torno do caso.

Nos textos, identificamos os trechos em que os felinos eram citados e como se dava a representação deles, inferindo, a partir de Singer e Francione, o potencial para interpretações especistas¹. Singer é utilitarista, ou seja, acredita que os interesses dos animais devem ser levados em conta, mas que seu uso por humanos é aceitável, desde que o sofrimento seja o menor possível ou quando o seu resultado trazer benefícios para um número maior de humanos/animais.

Precisamos de uma posição intermediária, que evite o especismo, mas que não torne a vida de seres humanos retardados ou senis tão insignificante quanto a de porcos e cães, ou que torne a vida de porcos e cães tão sacrossanta que pensássemos ser errado livrá-los de uma situação irreversivelmente miserável. O que precisamos fazer é trazer os animais para a esfera das nossas preocupações morais e parar de tratar a vida como descartável, utilizando-a para propósitos vulgares. (SINGER, 2010, p.31).

Francione (2013) é abolicionista: defende o fim da propriedade e da exploração de todos os animais. “Ao opor interesses de humanos e animais, deveríamos preferir nossa

própria espécie somente em situações de verdadeira emergência, decorrendo daí que não é aceitável infligir sofrimento desnecessário a nenhum animal” (FRANCIONE, 2013, p.40).

A partir destes autores, verificaremos se os animais tiveram seu interesse à vida considerado nas reportagens e, em caso afirmativo, se esta consideração foi eficaz. Lembrando que adotamos o conceito de Francione (2013, p. 41) de que “todos os animais são conscientes da dor, tem mentes e são capazes de atividade cognitiva”. Por fim, contamos com o aporte de Traquina (2013) para relacionar os modos de produção jornalística à análise de uma conduta ética em relação aos animais na esfera da imprensa.

O surto de toxoplasmose registrado em Cuiabá em 2011 foi divulgado primeiramente pela assessoria de imprensa da SMS, por meio de uma nota alertando para o registro de 18 casos da doença, em 29.09. Nesta *release*, foi apontado que a maioria das pessoas infectadas conviviam socialmente e consumiram açaí. Os gatos não aparecem em destaque no texto, mas há três menções aos animais, lembrando que eliminar fezes de gatos em lixo seguro é uma medida de controle, recomendando que grávidas não manipulem fezes de felinos e explicando que a transmissão se dá pela “ingestão de ovocistos provenientes do solo, água, alimentos, areias, latas de lixo contaminados com fezes de gatos infectados”. (SURTO DE..., 2011, p.1).

No mesmo dia, após uma coletiva de imprensa com representantes da SMS, foi emitido novo *release*. Nele, já no segundo parágrafo, aparece a frase: “Os felinos, especialmente gatos, são os principais hospedeiros do vírus e suas fezes a principal fonte de contaminação”. (SMS ALERTA, 2011, p.1). Vale lembrar que a doença é transmitida por um protozoário, o *toxoplasma gondii*, e não por vírus. Há também uma fala do Secretário Municipal de Saúde:

Euze Carvalho disse que para prevenir a toxoplasmose as pessoas devem evitar o consumo de carnes cruas ou mal cozidas, especialmente de porco e carneiro. Devem também beber água de origem segura e evitar contato com areia e terra que possam conter fezes de gatos. (SMS ALERTA, 2011, p.1).

Assim que a coletiva foi convocada, protetores de animais se preocuparam: os surtos da doença são acompanhados de aumento da incidência de abandono e violência contra felinos.

A veterinária Magda Omori explicou que o animal é um hospedeiro da doença, pois o protozoário se desenvolve no sistema digestivo dos felinos. No entanto, o foco no

gato é errôneo, pois a infecção realmente se dá com a ingestão de alimentos contaminados ou pela falta de higiene após manipular terra e areia. Para contrair a doença de um gato seria preciso ingerir as fezes do animal, o simples contato não seria suficiente. Algo que poderia acontecer ao mexer na terra e levar à mão à boca ou se um animal pisasse nas próprias fezes e carresse os cistos com as patas. “Seria preciso a pessoa colocar a pata do gato na boca, por exemplo. Mas se a pessoa lavar a mão, mexer nas fezes deles com luvas, manter o gato em casa, o risco é muito pequeno”, ela afirmouⁱⁱ.

Outra consideração importante é que a doença é autolimitada, 90% das pessoas que tem contato com o parasita não apresentam sintomas ou apenas sintomas brandos. (PLATONOW, 2012, p.1). O maior risco da toxoplasmose é para pacientes imunodeprimidos e gestantes que transferem a doença para os fetos através da placenta.

Nos jornais impressos, a notícia foi veiculada em 30.09, com destaque nas capas de ambos os veículos. Na capa da Gazeta, gatos são relacionados à doença de forma direta e, como é próprio de chamadas, sem esclarecimento: “a doença é transmitida por fezes de gatos”. Além disso, não há nenhuma foto para ilustrar o assunto.

A reportagem aprofunda a questão, esclarecendo que os felinos são hospedeiros do protozoário *toxoplasma gondii* e que “Os gatos jovens costumam ser os transmissores e infectam alimentos e água com as fezes”, mas não fala claramente como um tutor de gato deveria proceder. (RODRIGUES, 2011, p.1). Há a consideração de que a infecção está ligada à ingestão de produtos contaminados e o esclarecimento de que a doença ocorre em pessoas com imunidade baixa e que para grávidas, há risco de má formação fetal. Quanto às ilustrações, foram escolhidas uma foto do secretário de saúde e de carne mal passada.

Um box detalha a contaminação e são apresentados como personagens um vendedor de espetinhos e um de seus clientes, cuja esposa está grávida:

Ele diz que conhece a doença e procura ter cuidado, principalmente em casa, porque a mulher está gestante. Felipe argumenta que além de ter cuidado com a alimentação, também não tem animais de estimação para evitar qualquer tipo de contaminação. (RODRIGUES, 2011, p.1)

A seleção desta fala provoca a inferência de que animais de estimação podem causar contaminações e são perigosos para humanos. Como ressalva, logo a seguir, são citadas recomendações de uma veterinária:

Moema Blatt explica que as pessoas não precisam perseguir gatos ou começar qualquer tipo de matança. Nem todos os animais estão contaminados e como o homem, ele pode ter o protozoário no corpo e não apresentar a doença. (...) As medidas de controle são evitar o consumo de carnes cruas, principalmente de porco e carneiro. Saber a procedência da água antes de beber e proteger as areias de parques e construção dos gatos. Outra ação é lavar as mãos sempre que houver contato com carne crua, terra ou areia. Moema lembra que a contaminação acontece apenas pela ingestão de cistos e de forma transplacentária de mãe para feto. (RODRIGUES, 2011, p.1).

A reportagem trouxe pontos em que os animais são representados de forma negativa e fez uma ligação direta entre os felinos e a doença, ignorando, por exemplo, que ele não é o único animal que faz o ciclo do protozoário. Mas houve destaque para as formas corretas de prevenção e a questão dos maus tratos que costumam ocorrer contra os gatos foi abordada. O termo “doença do gato”, bastante comum na imprensa, também não foi utilizado – evidenciando consideração ética pelos animais ali representados.

Para os protetores entrevistados, a frase “a doença é transmitida por fezes de gatos” na capa representou o maior problema. Especialmente pelo hábito do público ler apenas as manchetes e não a notícia toda. Em relação à reportagem, foi apontado que apesar da necessidade de situar o gato no ciclo da doença, a questão poderia ter sido explorada de forma mais completa, especialmente destacando meios de manter o convívio no lar sublinhando a segurança para humanos que tem felinos. “Apesar de dizer para não matar os gatos, não explicaram por que não precisa se afastar do gato”, apontou uma protetora.ⁱⁱⁱ

No Diário de Cuiabá, a notícia foi capa, com foto da entrevista coletiva - no entanto, o texto não pode ser recuperado no acervo do periódico. Na reportagem, o espaço dedicado foi menor em relação à Gazeta, assim como o aprofundamento. O termo doença do gato foi utilizado no segundo parágrafo.

A toxoplasmose é o que conhecemos como doença do gato. É infecciosa, causada por um protozoário que se hospeda permanentemente em felinos, como gatos, e provisoriamente em outros animais. O secretário-adjunto de Saúde de Cuiabá, Euze Carvalho, esclareceu que as pessoas não precisam abandonar de seus animais por conta do surto. (SPOLTI, 2011, p. 1).

Apesar de haver a menção para que os animais não sejam abandonados, em seguida, ao falar das medidas preventivas, o texto volta a relacionar o gato à doença sem uma contextualização que ajude a entender por que o abandono é desnecessário.

De acordo com a Secretaria de Saúde (SMS), para prevenção é preciso evitar consumo de carnes sem cozimento ou mal passadas; consumir água “de procedência segura”; ter controle para que as fezes de animais fiquem em local seguro; proteger areias para evitar que gatos façam uso do local; lavar as mãos sempre após contato com carne crua ou terra e areia. Principalmente as mulheres grávidas devem tomar cuidado com as fezes de gatos, pois, se pegarem a doença, podem contaminar o bebê. (SPOLTI, 2011, p. 1)

Apesar da menção de que o consumo de açai foi a possível causa do surto e de que a doença apresenta pouco risco para pessoas com imunidade normal, novamente há mais um trecho tratando a toxoplasmose como doença do gato. “A doença do gato não pode ser transmitida de uma pessoa a outra, exceto no caso em que a mãe passa a doença para o feto, durante a gravidez, o que ocorre em 40% das vezes”. (SPOLTI, 2011, p.1).

Para os protetores, a notícia veiculada no Diário de Cuiabá foi considerada mais prejudicial. Em 30.09, a ONG Associação Voz Animal - AVA, emitiu uma nota, pedindo que o termo “doença do gato” não fosse mais utilizado. O documento trazia informações mais completas sobre felinos e o ciclo da doença, com a entrevista de um veterinário, Guilherme Souza, explicando que as fezes do gato só são contaminantes quando o animal está imunodeprimido ou entre os três e seis primeiros meses de vida e que é preciso que o contato do humano se dê com fezes que estejam no ambiente há pelo menos 48 horas.

“É impossível a pessoa ser contaminada apenas pelo contato com o seu gato”, resume o Guilherme Souza. (...) A proximidade com o animal não transmite o protozoário, que está presente apenas nas fezes. Por isso, não estimule o preconceito contra os gatos nem abandone seu animal. Como os seres humanos, ele também é uma vítima em potencial do protozoário e merece ser protegido. (AVA, 2011, p.1).

A SMS divulgou uma nota no dia 30.09, mas o retorno não foi o esperado pela AVA. Para os protetores, o *release* reforçava o preconceito contra os animais.

Os felinos são hospedeiros naturais do protozoário *Toxoplasma gondii* e suas fezes a principal forma de infestação. Portanto, a melhor de se evitar a doença é intensificar os cuidados básicos com a higiene e evitar o contato com lugares e materiais onde gatos costumam depositar suas fezes, como areia e terra de parques, construções e terrenos baldios. Além disso, recomenda-se beber água de fonte segura, lavar bem frutas, verduras e legumes e não consumir carnes cruas ou mal cozidas, especialmente de porco e carneiro. (NENHUM NOVO, 2011, p.1).

Apesar de o material ter informações corretas, foi criticada, novamente, a falta explicações mais claras sobre como conviver em segurança com os felinos, de forma que a

notícia poderia provocar desinformação – lembrando que os gatos de rua, sobre os quais não se tem controle, certamente seriam alvo de agressões.

Novos casos não foram registrados daí por diante. A Gazeta não tratou mais do assunto. Em 01.10, o Diário de Cuiabá, apresentou, uma notícia que mesclava informações do release da SMS e da nota da AVA. Apesar de citar o apelo da ONG, foi inserida uma ressalva que, pela ótica dos protetores, reforçava o especismo:

Ontem, em nota, a Associação Voz Animal, alertou a população de Cuiabá para pedir que a toxoplasmose não fosse chamada de “doença do gato”. **A preocupação é que haja abandono em massa dos animais pela cidade, embora a doença seja transmitida por eles.** (GRIFO NOSSO). (NENHUM NOVO..., 2011, p.1).

O resultado foi aquele previsto pelo movimento de proteção animal: aumento nos casos de abandono e morte de gatos. Muitos tutores procuravam os protetores alegando que precisavam se “desfazer” dos bichos por medo da doença. “Por mais que o animal tenha um papel na transmissão da doença, é vítima também. Por que o animal que está na rua, abandonado, vai acabar sendo morto, envenenado. O que está numa família e é jogado fora também sofre e, o pior, ele, na rua, vai contrair a doença e vai ser mais um transmissor”, disse uma protetora. A principal alegação dos protetores é que as notícias diziam que os animais não deviam ser abandonados ou maltratados, mas não expunham de forma didática por que era possível mantê-los no convívio familiar nem abordava a situação dos gatos de rua, que comumente são mortos em episódios assim.

Posteriormente, realizamos uma pesquisa com jornalistas de diferentes regiões do Brasil por meio de questionário e de entrevistas semi-estruturadas. Foram seis entrevistas semi-estruturadas, com 4 profissionais do sexo feminino e 2 do sexo masculino, todos tendo trabalhado na imprensa cuiabana por pelo menos 5 anos. Analisamos ainda 77 questionários, dos quais 55 dos participantes eram mulheres e 22 eram homens, sendo representadas as cinco regiões do país e onze estados. Interpretamos estas informações à luz dos critérios de noticiabilidade.

Os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícias, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo o “valor-notícia” (“newsworthiness”). (TRAQUINA, 2013, p.61).

Para Traquina, os valores-notícia podem ser de seleção e construção. Os quesitos de seleção são aqueles de definem se um acontecimento vai ou não virar notícia. A

cobertura do surto de toxoplasmose atendeu aos critérios substantivos de proximidade, tempo, novidade, relevância e notabilidade. Quanto aos critérios de seleção contextuais, o episódio se encaixa em disponibilidade, equilíbrio e concorrência. Neste estudo, vamos nos deter mais detalhadamente nos valores-notícia de construção:

São qualidades da sua construção como notícia e funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na construção do acontecimento como notícia. (TRAQUINA, 2012, p. 75).

São eles: simplificação (quanto menos complexa uma notícia, melhor), amplificação (quanto mais amplificado o acontecimento, maior a possibilidade da notícia ser notada), personalização (valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento proporciona identificação e atrai leitores), dramatização (reforço do conflito e do lado emocional) e a consonância (colocar a “novidade” da notícia num contexto já conhecido do público, como forma de facilitar a compreensão). (TRAQUINA, 2013, p.90).

No questionário, 63,6% dos jornalistas disseram que levam em consideração o impacto que as notícias tem sobre as condições de vida dos animais, enquanto 18,2% afirmaram que não se importam com a questão ou só se importam ocasionalmente. Outros 18,2% nunca pensaram sobre isso. Entre os fatores que levam os jornalistas a não se preocuparem com a questão está, em primeiro lugar, a falta de conscientização. Os profissionais entrevistados afirmam que nem na universidade nem no trabalho uma conduta ética em relação aos animais foi discutida – inclusive, o código de ética dos jornalistas brasileiros não menciona o tema.

Em seguida, vieram as condições de produção das notícias e hierarquia de trabalho. Conforme Traquina (2009), a partir de uma visão organizacional:

As notícias são um valor máximo; o seu trabalho é um trabalho de 24 horas; as notícias são um desafio constante. Assim, o jornalista investe na realização desse objetivo: obter mais notícias e não contestar a política editorial da empresa. **É preciso ir em busca de notícias, é preciso vencer a hora do fechamento.** (TRAQUINA, 2009, p. 157).

Para os jornalistas, a necessidade de produzir mais textos, de forma rápida, contribui para uma consideração menos ampla dos direitos de outras espécies. Traquina (2013, p.91) lembra que “a produção das notícias fica muito mais barata sempre que uma

grande parte do trabalho é feita por organizações no exterior”. No caso da toxoplasmose, a SMS montou uma coletiva com profissionais de saúde, de forma que, à primeira vista, todas as fontes necessárias para fazer a matéria estavam acessíveis.

Não havia, por assim dizer, nenhuma fonte que “falasse” pelos bichos, como veterinários ou protetores. Os animais comunicam-se conosco por meio de signos e, com raríssimas exceções, não dominam a linguagem verbal, de forma que colocar seu ponto de vista em uma matéria demanda encontrar entrevistados humanos que considerem a situação dos seres de outras espécies. Buscar alguém com este perfil demandaria tempo e, superficialmente, a questão da proteção aos gatos foi tratada nas notícias dos jornais - ficando de fora apenas do material da assessoria de imprensa. Os profissionais destacaram que, dentro de uma cobertura factual, as relações entre espécies dificilmente seriam lembradas, pois não estava no foco do acontecimento.

Não obstante, a reportagem da Gazeta foi às ruas e entrevistou um vendedor e um consumidor de espetinho, buscando repercutir o fato entre a população e trazendo à baila a inferência de que animais de estimação podem transmitir doenças. O recurso funcionou justamente como uma forma de personalização, mostrando a opinião do povo, já que se alimentar fora de casa é um hábito comum nos dias atuais. Além disso, Traquina (2009), afirma que pessoas se interessam por outras pessoas, assim, o foco nas vítimas humanas e no grupo de risco gestantes funciona como um fator de atração de leitores.

Para os jornalistas entrevistados, há ainda a necessidade de criar um texto de fácil entendimento para diversos públicos e priorizar o factual, ou seja, o surto da doença, de forma que aprofundar as controvérsias a respeito do bem-estar dos animais não humanos poderia tornar o texto confuso. Aqui, operou o critério de simplificação assim, como na escolha da expressão “doença do gato”, uma vez que o uso de clichês e estereótipos é admitido como forma de tornar uma notícia mais compreensível (TRAQUINA, 2013, p.88). Este aspecto também traz um caráter de consonância, já que oferece ao leitor um cenário já consolidado no imaginário popular, de que aquela a doença é causada por gatos.

A figura do editor foi citada, já que é dele a responsabilidade por chamadas de capa, títulos e chapéu. Além disso, é o profissional que adapta as matérias aos critérios de noticiabilidade e linha editorial do veículo. Muitas vezes, na ânsia de criar textos mais atrativos, eles acabariam utilizando expressões apontadas pelos protetores como “incorretas” ou simplificações que contribuem para a construção do texto, mas acabam tornando a representação dos felinos controversa. Nesse caso, foi relativizado novamente

que duas das reportagens dos impressos traziam recomendações para que os felinos não fossem abandonados e/ou maltratados.

Verificamos que o especismo pode ser indicado como um valor preponderante na confecção das notícias: a proteção da espécie humana foi ressaltada como principal compromisso do jornalismo, o que justificaria as menções que reforçam o papel do gato no ciclo da doença mas não esclarecem exatamente por que a população não deve temer o contato ou a presença de felinos. Mesmo que o uso do termo “doença do gato” tenha sido rechaçado por todos os entrevistados, foi avaliado que, inclusive nos *releases* da SMS, eles foram destacados também por uma estratégia de dramatização, reforçando seu envolvimento no ciclo do protozoário de forma negativa. Vimos aí também o uso da amplificação, pois além da expressão “surto”, que por si só já causaria alarme, os animais aparecem objetificados, de forma que mesmo as falas que visam protegê-los não os destituem do papel de vetores, sendo mantida sempre a imagem do animal como fator de risco.

CONSIDERAÇÕES

Equilibrar os direitos dos animais não humanos aos interesses humanos é uma equação complexa. Mesmo que os jornalistas dos dois veículos impressos tenham incluído nos textos a preocupação genuína com o interesse dos gatos à vida, não houve a contextualização adequada, com informações que explicassem porque não se deveria abandonar ou maltratar os gatos. Assim, diante de outras menções, estas mais abundantes, ao felino como protagonista no ciclo do protozoário era natural a reação de abandono e/ou maus tratos aos animais – até por que a assessoria de imprensa da SMS não tratou do bem-estar dos bichos em nenhum momento.

Ressaltamos que, apesar das assessorias “falarem” apenas por seus clientes, os profissionais da área também deveriam considerar o impacto do material que produzem sobre as vidas de outras espécies, principalmente quando atuam para órgãos públicos, que são responsáveis pela coletividade. Atualmente, muitos veículos de comunicação simplesmente republicam os *releases* na íntegra, de forma que um posicionamento especista por parte da assessoria de imprensa da SMS certamente teve grande impacto.

Sobre a oposição entre vidas humanas e animais, consideramos que existe o risco de se contrair a infecção pelo contato com fezes de felinos, especialmente na areia de

parques, locais muito frequentados por crianças. À primeira vista, seria melhor pecar pelo excesso representando o gato como vetor do que garantir que os animais não fossem abandonados/maltratados e colocar uma vida humana em risco.

No entanto, essa consideração esconde uma armadilha. Ao utilizar tal lógica, a imprensa poderia muito bem contribuir para ampliar a disseminação da doença, já que mais gatos na rua, numa situação de vulnerabilidade, propensos a uma baixa imunitária, seriam novos hospedeiros do protozoário e espalhariam ainda mais o *toxoplasma gondii*. O mais seguro para todos seriam os gatos em seus lares e os tutores adotando cuidados corretos de higiene, bem como a atenção redobrada ao contato com areia e terra. A situação poderia também abrir espaço para novas pautas, considerando a falta de políticas públicas para as populações de animais de rua.

Não encontramos registro de surtos de toxoplasmose transmitida por contato com fezes de gatos no ritual de limpeza doméstica das bandejas sanitárias nos lares – todos eram derivados da ingestão de produtos contaminados. Assim, o foco nos felinos – apesar de aparentemente justificável pelo seu papel no ciclo da doença – teria como efeito negativo retirar a atenção do público sobre o maior fator de risco: a alimentação. Podemos concluir que considerando os interesses dos animais, a imprensa também estaria contribuindo para a saúde humana.

Se admitimos aqui que os animais têm subjetividade e interesse à vida, colocá-los como protagonistas no surto causaria, como os protetores esperavam, uma grande quantidade de sofrimento, pois o abandono não envolve somente a privação física, mas também emocional dos felinos, que desenvolvem laços de afeto com os humanos e se vêem deslocados do convívio com seus tutores. (BAPTISTELLA, 2015).

Pensando especificamente nos critérios de construção das notícias, a simplificação operou de forma perversa. A menção ao fato de que os felinos não deveriam ser abandonados poderia ser acompanhada de uma explicação mais clara, de forma que os tutores se sentissem seguros em manter seus animais em casa. Tal consideração também não foi suficiente para evitar que muitos gatos de rua fossem mortos em nome de preocupações sanitárias – quando bastaria proteger alguns locais da sua presença.

Traquina (2013, p.80) lembra que o campo jornalístico é mais afeito a acontecimento do que à problemáticas, de forma que considerar moralmente os gatos na cobertura do surto poderia ir além das esferas de preocupação tradicionais da área. Ainda assim, o autor considera que, os valores-notícia não são imutáveis e podem se

transformar conforme a época. (TRAQUINA, 2013, p.92). Enquanto a sociedade avança na proteção dos direitos aos animais, é natural que a mídia seja uma instância de repercussão positiva desta agenda^{iv}. No curso de Jornalismo da Unemat, além do projeto de pesquisa “Animais e Mídia”, desenvolvemos também oficinas sobre o tema, como estímulo à reflexão entre os estudantes.

Para muitos, pode parecer loucura que numa sociedade tão conturbada, ainda com tantas desigualdades entre humanos, seja feita a proposta de que passemos a nos preocupar também com a vida de bichos na esfera da comunicação. Entretanto, considerarmos que a imprensa ainda é a maior fonte de informações confiáveis para a sociedade contemporânea e se verificarmos todas as vezes em que os animais são pauta por suas habilidades cognitivas^v, não podemos tolerar mais que estas questões sejam desconsideradas, mesmo na correria do jornalismo diário, mesmo na assunção, muitas vezes precipitada, de que o prejuízo do animal ser daria em prol das vidas humanas. Conforme Francione (2013):

Mesmo que preferíssemos a vida do humano à vida do animal em situações de verdadeira emergência ou conflito, isso nos diz pouco sobre a maioria das situações no mundo real, nas quais devemos avaliar nossas obrigações morais para com os animais. Na grande maioria dessas instâncias não há um verdadeiro conflito ou emergência. Fabricamos esses conflitos e emergências ao incorrer em petição de princípio e tratar os animais como nossa propriedade. (FRANCIONE, 2013, p. 34).

Constamos que o principal problema seria justamente colocar animais humanos e não humanos em pólos opostos de uma notícia. Na maioria das vezes, o bem-estar de ambos está imbricado, de forma que uma matéria que vise o benefício humano deve também levar em conta os interesses dos animais. Por exemplo, se pensarmos na cobertura sobre uma escola rural tomada por morcegos que incite à matança dos animais alegando o risco de transmissão de doenças para crianças, aparentemente a conduta é justificada. No entanto, os efeitos a longo prazo podem ser nefastos. Não são todos os morcegos que transmitem zoonoses. Na verdade, muitos deles atuam como polinizadores, de forma que suas mortes poderiam prejudicar colheitas futuras. Além disso, ao responsabilizar os animais, a matéria tiraria o foco do verdadeiro problema: a ausência do poder público, que não cuida das condições estruturais do prédio. Por fim, o fato dos morcegos se abrigarem no local pode ser indicador de problemas ambientais mais graves que afetarão, em algum momento, a comunidade humana também. Dessa forma, se a imprensa ainda está longe de pensar na vida dos animais pelo seu valor intrínseco, já é possível

adotar a posição intermediária preconizada por Singer (2011) e buscar um equilíbrio maior ao tratar de pautas que envolvem outras espécies.

REFERÊNCIAS

APÓS ataque, veterinário alerta que macaco não transmite febre amarela. **G1**, São Paulo, 19 jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/01/apos-ataque-veterinario-alerta-que-macaco-nao-transmite-febre-amarela.html>. Acesso em: 07 mai. 2018.

BAPTISTELLA, E. **Animas e fronteiras: entre espécies, ciências e cotidiano**. 2015, 165f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Faculdade de Comunicação e Artes, Universidade Federal de Mato Grosso.

BAPTISTELLA, E.; ABONIZIO, J. **A relação homem x animal na mídia: uma análise das editorias especializadas**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO AMBIENTAL, 3., 2015, São Paulo. **Anais...**São Paulo: ENPJ, 2015. Disponível em <https://anaisenpja.files.wordpress.com/2016/01/358-373-baptistella.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BUENO, W.C. **Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito**. In: GIRARDI, I.M.; SCHWAAB, R.; MARCONDES, A (Org.). **Jornalismo ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008, p.105-118.

CHUAHY, R. **Manifesto pelos direitos dos animais**. São Paulo: Record, 2009.

FRANCIONE, G. **Introdução aos direitos animais**. Campinas: Unicamp, 2013.

INGOLD, T. **Humanity and animality**. In: _____. Companion encyclopedia of anthropology. Londres: Routledge, 1994.

KOLBERT, E. **A sexta extinção: uma história não natural**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

NOTA SOBRE a toxoplasmose. **Associação Voz Animal**, Cuiabá, 30 set. 2011, p.1. Disponível em: <http://vozanimalmatogrosso.blogspot.com.br/2011/09/nota-sobre-toxoplasmose.html>. Acesso em 02 mai. 2018.

NENHUM NOVO caso de toxoplasmose. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, 2011, p.1.

NENHUM novo caso de toxoplasmose foi registrado hoje em Cuiabá. **Secretaria Municipal de Saúde**, Cuiabá, 30 set. 2011. Disponível em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/saude/nenhum-novo-caso-de-toxoplasmose-foi-registrado-hoje-em-cuiaba/3543>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PAIS, J. M. **Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas**. Lisboa: Ambar, 2006.

PINKER, S. **Os anjos bons da nossa natureza – porque a violência diminuiu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

PIRES, M. Não é mais possível dizer que não sabíamos. **Veja**, Abril, São Paulo, 06 mai. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/nao-e-mais-possivel-dizer-que-nao-sabiamos-diz-philip-low>. Acesso em: 02 mai. 2018.

PLATONOW, V. Mais da metade dos brasileiros já tiveram contato com a toxoplasmose. **Agência Brasil**, Brasília, 13 out. 2012. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-10-13/mais-da-metade-dos-brasileiros-ja-tiveram-contato-com-toxoplasmose-diz-pesquisadora>. Acesso em: 12 mai. 2018.

POLLAN, M. **O dilema do onívoro: uma história natural de quatro refeições**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

QUAMMEN, D. **Monstro de Deus: feras predadoras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RITTO, C; ALVARENGA, B. **A casa agora é deles**. VEJA, Abril, São Paulo, n. 2429, p. 71-75, 2015.

RODRIGUES, C. **Cuiabá tem surto da doença**. A Gazeta, Cuiabá, 30 set. 2011. Sexta, p.1.

SERRES, M. **O contrato natural**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SINGER, P. **Libertação animal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SPOLTI, D. **Surto de Toxoplasmose**. Diário de Cuiabá, Cuiabá, 30 set. 2018. Cidades, p.1.

SURTO de toxoplasmose em Cuiabá. **Secretaria Municipal de Saúde**, Cuiabá, 29 set. 2011. Disponível em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/saude/surto-de-toxoplasmose-em-cuiaba/3529>. Acesso em: 20 abr. 2018.

SMS alerta. **Secretaria Municipal de Saúde**, Cuiabá, 29 set. 2011. Disponível em: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/saude/sms-alerta-para-surto-de-toxoplasmose-em-cuiaba/3535>. Acesso em: 20. abr. 2018.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRAQUINA, n. Teorias do jornalismo. A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2013.

UNISINOS. Declaração de Cambridge sobre a Consciência de Animais Humanos e Não Humanos. **Instituto Humanitas Unisinos**. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/511936-declaracao-de-cambridge-sobre-a-consciencia-em-animais-humanos-e-nao-humanos>. Acesso em: 11 abr. 2018.

VICENZI, J. Febre amarela põe em risco macacos. Ministério do Meio Ambiente, Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=2195>. Acesso em: 10 abr. 2018.

WILSON, E. **A criação: como salvar a vida na Terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

ⁱ Especismo é a tendência em priorizar o bem-estar da própria espécie em detrimento do interesse de outras. “Assim como a maioria dos seres humanos é especista por se dispor a causar dor a animais por motivos pelos quais não causaria dor similar a seres humanos, a maioria é especista, também, por se dispor a matar um animal nas mesmas circunstâncias em que se negaria a matar um ser humano”. (SINGER, 2010, p.11).

ⁱⁱ Depoimento concedido em maio de 2015.

iii Depoimento concedido em janeiro de 2012.

iv Quando as imagens de uma enfermeira espancando o próprio cão até a morte foram divulgadas na imprensa, houve tal comoção, que criou-se um movimento nacional, responsável por cobrar penas mais rígidas para os crimes contra animais não humanos. (BAPTISTELLA, 2015, p.11).

v Em pesquisa na editoria Bichos, da Folha de São Paulo, foram identificadas principalmente notícias enfocando comportamento animais que estariam ligados a suas habilidades cognitivas. (BAPTISTELLA; ABONIZIO, 2015, p. 368).

A

21

Submissão do artigo: 23/05/2018.

Parecer de aprovação: 13/07/2018.